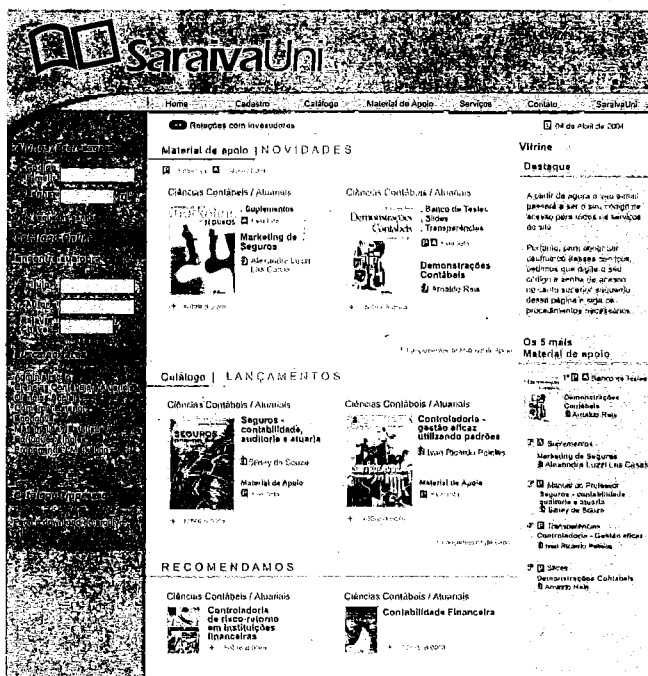


Compreender grande parte dos fenômenos organizacionais exige, em vez de um conhecimento objetivo e explicativo, métodos que visam à obtenção de um conhecimento intersubjetivo e compreensivo. Nossa visão tende, assim, primeiro a dar conta do horizonte das formas simbólicas nas quais se desenvolvem as ações sociais, formas essas que assumem uma aparência codificada – linguagens –; mas cujo estudo nos interessa não por sua gramática ou estrutura interna, mas por seu caráter comunicativo de mediador e formador das experiências e das necessidades sociais.

Organizadores

CONHEÇA O SITE DO LIVRO E AS DEMAIS NOVIDADES
DO NOSSO CATÁLOGO NO ENDEREÇO:
www.saraivauni.com.br



ISBN 978-85-02-05948-1
85-02-05948-3



9788502059481

SAC Uni (11) 3613-3075
saraivauni@editorasaraiva.com.br

Christiane Kleinübing Godoi
Rodrigo Bandeira-de-Mello
Anielson Barbosa da Silva
(Organizadores)

PESQUISA QUALITATIVA EM ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

Paradigmas, Estratégias e Métodos



N.Cham. 65.01 P472

Título: Pesquisa qualitativa em estudos
organizacionais : paradigmas, estratégias e



978768921

Ac. 281251

Ex.3 UFSC BC VEGA

Editora
Saraiva
www.saraivauni.com.br

Christiane Kleinübing Godoi | Rodrigo Bandeira-de-Mello
Anielson Barbosa da Silva
(Organizadores)

**PESQUISA QUALITATIVA
EM ESTUDOS ORGANIZACIONAIS**

Paradigmas, Estratégias e Métodos

AQUISIÇÃO POR COMPROVAÇÃO
ADQUIRIDO DE N. Fontes

30 JUN. 2010



Av. Marquês de São Vicente, 1697 – CEP 01139-904
Barra Funda – Tel.: PABX (0XX11) 3613-3000
Fax: (0XX11) 3611-3308 – Televidas: (0XX11) 3613-3344
Fax Vendas: (0XX11) 3611-3268 – São Paulo-SP
Endereço Internet: <http://www.editorasaraiva.com.br>

Filiais

AMAZONAS/RONDÔNIA/RORAIMA/ACRE

Rua Costa Azevedo, 56 – Centro

Fone/Fax: (0XX92) 3633-4227 / 3633-4782 – Manaus

BAHIA/SERGÍPE

Rua Agripino Dória, 23 – Brotas

Fone: (0XX71) 3381-5854 / 3381-5895 / 3381-0959 – Salvador

BAURÍ/SÃO PAULO

(sala dos professores)

Rua Monsenhor Claro, 2-55/2-57 – Centro

Fone: (0XX14) 3234-5643 – 3234-7401 – Bauri

CAMPINAS/SÃO PAULO

(sala dos professores)

Rua Camargo Pimentel, 660 – Jd. Guanabara

Fone: (0XX19) 3243-8004 / 3243-8259 – Campinas

CEARÁ/PIAUÍ/MARANHÃO

Av. Filomeno Gomes, 670 – Jacarecanga

Fone: (0XX85) 3238-2323 / 3238-1331 – Fortaleza

DISTRITO FEDERAL

SIG Sul Qd. 3 – Bl. 8 – Loja 97 – Setor Industrial Gráfico

Fone: (0XX61) 3344-2920 / 3344-2951 / 3344-1709 – Brasília

GOIÁS/TOCANTINS

Av. Independência, 5330 – Setor Aeroporto

Fone: (0XX62) 3225-2882 / 3212-2806 / 3224-3016 – Goiânia

MATO GROSSO DO SUL/MATO GROSSO

Rua 14 de Julho, 3148 – Centro

Fone: (0XX67) 3382-3682 / 3382-0112 – Campo Grande

MINAS GERAIS

Rua Além Paraíba, 449 – Lagoinha

Fone: (0XX31) 3429-8300 – Belo Horizonte

PARÁ/AMAPÁ

Travessa Apinagés, 186 – Batista Campos

Fone: (0XX91) 3222-9034 / 3224-9038 / 3241-0499 – Belém

PARANÁ/SANTA CATARINA

Rua Conselheiro Laurindo, 2895 – Prado Velho

Fone: (0XX41) 3332-4894 – Curitiba

PERNAMBUCO/ALAGOAS/PARAÍBA/R. G. DO NORTE

Rua Corredor do Bispo, 185 – Boa Vista

Fone: (0XX81) 3421-4246 / 3421-4510 – Recife

RIBEIRÃO PRETO/SÃO PAULO

Av. Francisco Junqueira, 1255 – Centro

Fone: (0XX18) 3610-5843 / 3610-8284 – Ribeirão Preto

RIO DE JANEIRO/ESPÍRITO SANTO

Rua Visconde de Santa Isabel, 113 a 119 – Vila Isabel

Fone: (0XX21) 2577-9494 / 2577-8867 / 2577-9565 – Rio de Janeiro

RIO GRANDE DO SUL

Av. Ceará, 1380 – São Geraldo

Fone: (0XX51) 3343-1467 / 3343-7563 / 3343-2986 / 3343-7469

Porto Alegre

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SÃO PAULO

(sala dos professores)

Av. Brig. Faria Lima, 6363 – Rio Preto Shopping Center – V. São José

Fone: (0XX17) 227-3819 / 227-0982 / 227-5249 – São José do Rio Preto

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SÃO PAULO

(sala dos professores)

Rua Santa Luzia, 106 – Jd. Santa Madalena

Fone: (0XX12) 3921-0732 – São José dos Campos

SÃO PAULO

Av. Marquês de São Vicente, 1697 – Barra Funda

Fone: PABX (0XX11) 3613-3000 / 3611-3308 – São Paulo

PREÇO 76,64
REGISTRO 97376890
DATA DO REGISTRO 5.8.10

VEOA
65.01
P472

ISBN 978-85-02-05948-1
978-85-02-05948-3
CIP-BRASIL: CATALOGAÇÃO NA FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS: RJ
Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: Paradigmas, estratégias e métodos / Christiane Kleinübing, Arildo Godoy, Rodrigo Bandeira de Mello, Anielson Barbosa da Silva (organizadores). – São Paulo: Saraiva, 2006.
Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-02-05948-1
85-02-05948-3
1. Administração – Pesquisa – Metodologia. 2. Pesquisa Qualitativa. I. Silva, Anielson Barbosa da. II. Godoy, Christiane Kleinübing. 1966. III. Bandeira de Mello, Rodrigo.
06-3344 CDD-658.0072
CDU 65.0001.8

Copyright © Anielson Barbosa da Silva, Arilda Schmidt Godoy, Carolina Andion, Christiane Kleinübing Godoy, Cristiano José Castro de Almeida Cunha, Cristina Pereira Vecchio Balsini, Elisa Yoshie Ichikawa, Henrique Freitas, Izidoro Blikstein, Jânaina Macke, João Roman Neto, Lucy Woellner dos Santos, Mário Aquino Alves, Maurício Silva, Mirian Oliveira, Paulo Freire Vieira, Pedro Lincoln C. L. de Mattos, Rodrigo Bandeira de Mello, Sérgio Luis Boeira 2006 Editora Saraiva
Todos os direitos reservados

Diretora editorial: Flávia Helena Dante Alves Bravin
Editores: Marcio Coelho
Rita de Cássia da Silva
Frederico Marchion
Produção editorial: Viviane Rodrigues Nepomuceno
Juliana Nogueira Luiz
Aquisições: Eduardo Viegas Meirêles Villela
Arte: Produção e Capa: Zeta Design Studio
Revisão de texto: Temas e Variações Editoriais

1ª edição
1ª tiragem: 2006
2ª tiragem: 2007

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva.
A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei 5.130/96 e punido pelo artigo 184 do Código Penal.

Sobre os autores

Anielson Barbosa da Silva

Professor do Mestrado em Administração da Universidade Potiguar (UnP). Doutorado em Engenharia de Produção, pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestrado em Administração com área de concentração em Organizações e Recursos Humanos, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Colaborador do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP – na qualidade de especialista na avaliação de cursos e de instituições de ensino superior. Membro da Sociedade de Estudos e Pesquisa Qualitativa (SE&PQ). Interesse de pesquisas nas áreas de Teoria das Organizações; Gestão Estratégica de Recursos Humanos; Aprendizagem Gerencial e Organizacional; Relação Trabalho e Vida Pessoal.

Arilda Schmidt Godoy

Professora do Programa de Pós-Graduação em Administração de Empresas da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Doutorado, mestrado e graduação em Educação, pela Universidade de São Paulo (USP). Atuou na área de treinamento e desenvolvimento de recursos humanos no Senac (SP) e Cesp (SP). Lecionou na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (USP) e na Unesp/campus de Rio Claro. Interesse de pesquisas nas áreas de Administração de Recursos Humanos; Ensino-Aprendizagem; Currículo; Planejamento e Avaliação Educacional, Competências e Aprendizagem Individual e Organizacional.

Carolina Andion

Professora da Unifae – Centro Universitário. Mestre em Administração pela École des Hautes Études Commerciales de Montreal (HEC). Doutoranda em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pesquisadora do Centro Internacional

STAKE, R. E. Case study methods in educational research: seeking sweet water. In: JAEGER, R. M. (Ed.). *Complementary methods for research in education*. Washington, DC: American Educational Research Association. 1988. p. 253-265.

_____. Case Studies. In: DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. (Ed.). *Handbook of qualitative research*. Thousand Oaks (CA): Sage, 1994.

_____. Case Studies. In: DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. (Ed.). *Handbook of qualitative research*. 2nd ed. Thousand Oaks (CA): Sage, 2000.

STRAUSS, A. S. e CORBIN, J. *Basics of qualitative research: grounded theory procedures and techniques*. Newbury Park (CA): Sage, 1990.

TAYLOR, S. J. e BOGDAN, R. *Introduction to qualitative research methods: a guidebook and resource*. 3rd ed. New York: John Wiley & Sons Inc., 1998.

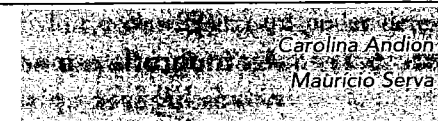
TESCH, R. *Qualitative research: analysis types and software tools*. London: The Falmer Press, 1990.

YIN, R. K. *Applications of case study research*. Thousand Oaks (CA): Sage, 1993.

_____. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman, 2001.

Capítulo 5

A etnografia e os estudos organizacionais



Introdução

Neste capítulo, pretendemos levantar as contribuições da etnografia para a realização de pesquisas que têm como objeto os fenômenos organizacionais. Partimos da premissa de que para se empreender estudos etnográficos em organizações, com a profundidade e a qualidade desejadas para o avanço da teoria organizacional, deve-se ir além da visão da etnografia apenas como um método de orientação para o trabalho de campo: é imprescindível compartilhar a perspectiva da etnografia como uma estratégia global de pesquisa, o que requer concebê-la também como uma postura epistemológica do pesquisador.

Na primeira parte do capítulo, buscamos mostrar que a etnografia permite a criação de novos lugares conceituais, teóricos e metodológicos, proclamando a junção entre categorias que normalmente são tomadas de forma excludente pela ciência clássica, tais como: natureza/cultura; natural/artificial; mente/matéria; observador/observado; subjetivo/objetivo; coletivo/individual. Em seguida, são abordados os principais *momentos* da “tecelagem etnográfica”: a construção do campo temático, o trabalho de campo (a observação, a relação pesquisador/pesquisado, o design da pesquisa etc.) e o processo de elaboração do texto etnográfico. São analisadas as características de cada um desses *momentos* e abordadas as suas particularidades quando da aplicação da etnografia

em organizações. Finalmente, indicamos algumas temáticas que têm sido trabalhadas no campo dos estudos organizacionais, usando o método etnográfico, de forma a levantar pistas para novas pesquisas e ressaltar as potencialidades da utilização dessa postura metodológica na área da administração.

■ 5.1 A etnografia e a necessidade de novos lugares epistemológicos

A assunção da etnografia como uma estratégia de pesquisa, e não apenas como método, nos remete à necessidade de situar a postura etnográfica no campo científico. Assim sendo, iniciaremos fazendo algumas considerações epistemológicas.

A construção da idéia de ciência tem uma história que deve ser levada em conta quando buscamos definir o seu conceito. Como afirma Kneller (1980), originalmente um dos principais motivos da investigação sistemática da natureza foi a busca de uma explicação plausível para os desastres que a afetam. A impotência, o medo e o assombro diante da força natural eram aliviados pela idéia de que a natureza seria ordenada e inteligível. Para esse autor, a visão de uma natureza externa ao homem, coordenada por um Deus (legislador divino) e regida por leis que poderiam ser descobertas pelo homem foi o motor central que fez avançar a ciência ocidental e a fez suplantar "outras ciências", como a chinesa, por exemplo. Esta visão estaria no cerne da concepção de ciência adotada na Europa ocidental e exportada para o mundo, por meio do domínio técnico, econômico, científico e político. Desde então, a ciência clássica toma forma, sendo pautada a partir de alguns pressupostos, tais como: a definição da natureza como sistêmica e sincrônica; a tradução da ciência como desvinculada das questões culturais; a representação da natureza por meio de elementos simples e individualizados; a perspectiva evolutiva e cumulativa; a abertura à correção e refutação; a explicação do mundo de forma objetiva e racional (Kneller, 1980).

Muitos desses pressupostos estão baseados no modelo das ciências naturais e refletem uma ordem científica dominante que foi e tem sido amplamente utilizada nas diferentes disciplinas do conhecimento, inclusive nas

ciências humanas. Segundo Souza Santos (1988), essa concepção tradicional de ciência nega o caráter racional de todas as formas de conhecimento que não se pautarem pelos seus princípios epistemológicos e pelas suas regras metodológicas. Assim, só é possível uma forma de conhecimento verdadeiro: aquele que é fruto da experimentação e que pode ser sistematizado. Conhecer, de acordo com esta concepção, significa dividir e classificar para poder determinar relações sistemáticas entre o que se separou. Privilegiam-se as idéias claras, simples e objetivas em detrimento das qualidades subjetivas do objeto. Tais princípios foram (e ainda são) amplamente aplicados nas ciências sociais. O modelo das ciências naturais e a concepção mecanicista de ciência estão na própria origem das ciências sociais, com o positivismo, que busca estudar os fenômenos sociais como coisas, reduzindo-os à sua dimensão externa. Essa concepção das ciências sociais parte do pressuposto de que as ciências naturais consistem na concretização de um modelo de conhecimento universalmente válido (Souza Santos, 1988).

Entretanto, a concepção positivista não é a única presente nas ciências humanas. Na verdade, a impossibilidade de aplicação dos pressupostos da ciência clássica às ciências sociais leva alguns autores a reivindicar para estas um estatuto metodológico próprio. Há então um questionamento da aplicação dos princípios positivistas às pesquisas em ciências sociais, principalmente no que se refere às idéias de neutralidade da ciência e de unidade metodológica entre ciências naturais e ciências sociais. Tais questionamentos chamam a atenção para algumas características essenciais da pesquisa em ciências sociais que têm sido negligenciadas pelos estudos positivistas. Como destaca Souza Santos, "esta concepção de ciência reconhece-se numa postura antipositivista e se assenta na tradição filosófica da fenomenologia [...] nela convergem diferentes variantes, desde as mais moderadas até as mais extremistas" (Souza Santos, 1988, p. 22).

Analisando por outro ângulo, podemos afirmar que a primeira leitura das ciências sociais apóia-se na imagem do organicismo. O objetivo do pesquisador é tornar a realidade objetiva, retirando dela toda a sua subjetividade, e o que não se encaixa nessa objetivação é então desconsiderado. Tal concepção de ciência focaliza na pesquisa o pólo do objeto, em detrimento do pólo do sujeito. Já a segunda concepção de ciências sociais focaliza a subjetividade, dando ênfase à

esfera do sujeito e à sua influência no processo de pesquisa. A imagem central neste caso não é o organismo ou a máquina, mas o texto (Berthelot, 2001). Para essa corrente, o mundo humano, a sociedade, a cultura não são elementos para explicar, mas para compreender. Ela não supõe uma razão experimental, mas uma razão interpretativa, ou seja, dialética.

Na confluência dessas duas leituras, novas interpretações se tornam possíveis. Conforme destaca Latour (1994), a própria noção de cientificidade está hoje sendo recolocada. Isso é ainda mais forte quando se trata dos fenômenos híbridos da atualidade, ou melhor, quando falamos de interdisciplinaridade nas ciências humanas. Para Latour, a ciência moderna gerou historicamente um processo de purificação separando definitivamente duas zonas ontológicas: a dos seres humanos (sujeitos) e a da natureza (objetos). Entretanto, ele denuncia que, na prática, se criam cotidianamente misturas de gêneros completamente novos: os híbridos de natureza e cultura que estão presentes nas páginas dos jornais, tais como a manipulação genética, a microfísica, a nanotecnologia, as novas tecnologias reprodutivas, entre outros. Esses “quase-objetos”, conforme denominados pelo autor, constituem temáticas que religam os pólos da natureza e cultura e questionam a constituição da ciência moderna. Esses fenômenos, antes ignorados, passam a ser a regra e não podem mais ser negligenciados: “tudo acontece no meio, tudo ocorre por mediação, por tradução, por redes, mas este lugar parece não existir” (Latour, 1994, p. 42).

A emergência e a proliferação dos híbridos na atualidade têm feito emergir um questionamento sobre as concepções tradicionais de ciência, em particular no campo das ciências humanas. Os quase-objetos são para Latour (1994) ao mesmo tempo reais, sociais e discursivos e pertencem à natureza, ao coletivo e ao discurso. Esses fatos sociais complexos têm escapado dos limites das disciplinas e têm fronteiras cada vez menos definidas. Na visão de Souza Santos, esses objetos “são constituídos por anéis que se entrecruzam em teias complexas com os dos restantes dos objetos, a tal ponto que os objetos em si são menos reais que as relações entre eles” (Souza Santos, 1988, p. 34).

Nesse contexto se coloca a discussão sobre a interdisciplinaridade. Cada vez mais se torna necessário transpor as fronteiras disciplinares para tratar a complexidade dos fenômenos. A excessiva parcelização e disciplinarização do conhecimento científico forma cientistas cada vez mais especialistas e o

diálogo entre as disciplinas e dentro das próprias disciplinas se torna difícil ou quase inexistente. Atualmente, o avanço da técnica e as próprias descobertas científicas no campo das ciências humanas e naturais têm levado à necessidade de religar o que estava separado. A interdisciplinaridade vem então questionar a noção de ciência tradicional e lançar novas discussões no campo da epistemologia, como por exemplo, a discussão sobre a transdisciplinaridade. Neste sentido, é essencial considerar o surgimento de novas leituras epistemológicas e metodológicas, nas quais o objeto é analisado em seu contexto, sem rejeitar as suas redes de comunicação. Para Morin (1982), o verdadeiro problema colocado por essa nova forma de pensar não consiste em “fazer a transdisciplinaridade”, mas “em que transdisciplinaridade fazer”. Ele ressalta que os princípios transdisciplinares tradicionalmente aplicados na ciência como a matematização e a formalização levaram à “clausura disciplinar”. Em outras palavras, só permitiam a comunicação entre as diferentes dimensões do real, abolindo essas dimensões. Para considerar essas dimensões negligenciadas pela epistemologia tradicional, Morin propõe uma epistemologia complexa. A complexidade para Morin e Le Moigne (1999) é um desafio e não uma solução. Esse desafio consiste em religar o que antes estava separado: o evento ao contexto; o global ao parcial; o universal ao singular; a ordem à desordem e à organização; o indivíduo à espécie e à sociedade; a lógica à contradição; o observador ao observado. Desta forma, a complexidade significa restituir as relações, as interdependências, as solidariedades entre os objetos e seus contextos.

Berthelot (2001) também defende uma nova leitura epistemológica que possibilite transcender as tradicionais dicotomias entre objetividade e subjetividade e permita conviver com este confronto. Desta forma, categorias que são tratadas de forma excludente, tais como quantitativo/quantitativo, estático/dinâmico e indivíduo/sociedade podem ser repensadas em sua complementaridade. Essa nova epistemologia poderia possibilitar uma reconstituição mais fiel da dinâmica complexa da realidade, especialmente a consideração dos objetos híbridos, tão comuns nas pesquisas contemporâneas. Entretanto, segundo o referido autor, não se trata de conciliar o inconciliável ou de praticar um ecumenismo frouxo. Trata-se de buscar uma visão epistemológica distinta da tradicional, proposta por Descartes e Popper, que se pautava em critérios como método, comprovação, rigor, explicação e divisão em disciplinas.

Tratando desse aspecto, Souza Santos (1988) afirma a crise da ordem científica hegemônica e o papel das ciências sociais na construção de “novos lugares conceituais, teóricos e epistemológicos”. Para ele, o conhecimento do paradigma emergente é não dualista e se funda na superação das distinções, inclusive entre ciências naturais e sociais. Os avanços nas ciências naturais as têm aproximado das outras ciências, e o que era a causa do maior atraso nas ciências sociais é hoje, segundo ele, o maior avanço nas ciências naturais: “os conceitos de teleomorfismo, auto-poiesis, auto-organização, potencialidade organizada, originalidade, individualidade, historicidade, atribuem à natureza um comportamento de humano” (Souza Santos, 1988, p. 41). Compartilhando do mesmo argumento, Bourdieu (2001) aponta a importância das particularidades das ciências sociais e afirma que estas não podem ser desconsideradas quando se pensa a cientificidade neste campo. Para Bourdieu, nas ciências sociais, tanto o objeto quanto o sujeito da pesquisa são frutos de uma construção social, e por isso o campo das ciências humanas tem como vocação ser contestado e controvertido. A única saída parece ser então a busca de uma epistemologia realista, ancorada na reflexão constante. Esta reflexão é entendida pelo autor como:

[...] o trabalho pelo qual a ciência social toma a si mesma como objeto e se serve das suas próprias armas para se compreender e se controlar, é um meio particularmente eficaz de reforçar as censuras mútuas que permitem controlar mais atentivamente os fatores que podem enviesar a pesquisa [...]. (Bourdieu, 2001, p. 174.)

Em síntese, esses autores trazem à tona a idéia de que, para afirmar a cientificidade no campo das ciências humanas, não é necessário negar ou ignorar as particularidades dessas ciências. Ao contrário, as ciências humanas podem achar nelas mesmas os recursos que, colocados em prática como dispositivos críticos, podem permitir-lhe contribuir para a construção de novos lugares epistemológicos e metodológicos. Nesse sentido, epistemologia e metodologia se aproximam, ou seja, é através do próprio processo de pesquisa que o pesquisador legitima a construção do conhecimento que produz. Como afirma Boumard, nesse caso não existe clivagem entre objeto e sujeito, mas um

outro olhar sobre a realidade, na qual “a interação entre os atores da pesquisa relembra com evidência a imbricação profunda entre perspectivas metodológicas e visões epistemológicas” (Boumard, 2003, p. 6).

Essa é, justamente, a proposta da etnografia. Nascida formalmente na antropologia, com as experiências pioneiras de Malinowski no arquipélago Trobriand, na Nova Guiné, entre 1914 e 1918, a etnografia se modificou desde então e, atualmente, pode-se identificar várias correntes que compõem o campo dos estudos etnográficos. Sem desconsiderar as nuances e diferenças entre as correntes da etnografia, podemos afirmar que a “tecelagem etnográfica” (Coulon, 1990, p. 214) se enquadra numa proposta epistemológica complexa, permitindo religar dimensões que até então eram tidas como separadas nos processos de pesquisa. Por esse motivo, a etnografia é caracterizada por alguns autores, tais como Boumard (2003), Woods (1989), Ardoino (1983), como mais do que um método, uma postura do pesquisador perante o objeto e o contexto de pesquisa. As particularidades dessa postura são abordadas a seguir.

■ 5.2 Particularidades da postura etnográfica

A *démarche* etnográfica vai além da técnica, sua construção é feita *in loco*, a partir do encontro e da relação entre pesquisador e pesquisado. Dessa forma, a etnografia estabelece relações que possibilitam compreender melhor a complexidade de determinados fenômenos sociais. Neste sentido, uma definição suficientemente ampla da etnografia, destacando a sua abrangência, é dada por Godoy:

A pesquisa etnográfica abrange a descrição dos eventos que ocorrem na vida de um grupo (com especial atenção para as estruturas sociais e o comportamento dos indivíduos enquanto membros do grupo) e a interpretação do significado desses eventos para a cultura do grupo. Um etnógrafo pode centrar seu trabalho sobre uma tribo indígena com pouco contato com a civilização, uma comunidade de alemães no estado de Santa Catarina, ou determinada ocupação dentro de uma fábrica. (1995, p. 28.)

De acordo com Laplantine (1996), compreender a inteligibilidade de um fenômeno é ao mesmo tempo religá-lo à totalidade social na qual ele se inscreve e estudar as suas múltiplas dimensões. Assim, na proposta da etnografia, dimensões que, segundo a ciência clássica, são vistas como estanques e separadas podem enfim ser compreendidas na dialética da sua diferença e complementaridade. Examinaremos brevemente aqui algumas dessas dimensões consideradas como particularidades da postura etnográfica na construção do conhecimento científico, a saber: a dialética sujeito/objeto, a dialética indivíduo/sociedade ou particular/geral, e a dialética subjetividade/objetividade.

■ 5.2.1 Dialética sujeito/objeto

Na etnografia, a reflexividade é realizada pela ida e volta constantes aos universos do eu (pesquisador) e do outro (pesquisado). O encontro entre pesquisador e pesquisado se dá a partir de uma relação ao mesmo tempo de cumplicidade e de alteridade, na qual as semelhanças e as diferenças entre os dois pólos estão constantemente vindo à tona. Fonseca descreve esse encontro entre sujeito e objeto na pesquisa de campo, usando a metáfora do espelho:

[...] esse processo não deveria ser confundido com o efeito narcísico em que os dois se fundem no mesmo objeto. É, pelo contrário, atendendo para as diferenças – atrás das aparentes semelhanças – que se cria um espaço para o diálogo acontecer [...]. (Fonseca, 1999, p. 65.)

Não há, portanto, unilateralidade na relação entre pesquisador e pesquisado, ao contrário, essa relação parece ser constantemente negociada na etnografia.

■ 5.2.2 Dialética indivíduo/sociedade ou particular/geral

A postura etnográfica parte do individual (caso particular) mas busca o geral, ou seja, visa efetuar uma leitura eminentemente social dos fenômenos. O objetivo maior do trabalho etnográfico é reconstituir a tessitura do social, indo além do caso individual. Essa característica é considerada por Fonseca, que define o método etnográfico como: “encontro tenso entre individualismo

metodológico (que tende para a sacralização do indivíduo) e a perspectiva sociológica (que tende para a reificação do social)” (Fonseca, 1999, p. 59). O trabalho etnográfico propõe então considerar a particularidade dos fenômenos e ao mesmo tempo contextualizá-los, interpretando-os como expressão de outros aspectos ou situações sociais, como desigualdades, estigmas, estereótipos, questões de gênero, políticas e de classe social (Barreira, 1998). À medida que o pesquisador investe nesta contextualização, ele estabelece uma espécie de diálogo com a subjetividade dos pesquisados, construindo uma leitura da vida social em que não só os aspectos objetivos, mas também os valores, as emoções e as crenças são descritos, narrados e levados em conta no processo de compreensão dos fenômenos estudados.

■ 5.2.3 Dialética subjetividade/objetividade

A pesquisa etnográfica permite retratar as dimensões objetivas e subjetivas dos fenômenos analisados. Conforme destaca Godelier (2002), a interação entre pesquisador e pesquisado não é neutra, mas ela se confronta sempre com realidades objetivas que são pensadas, expressas e compreendidas pelas pessoas em sua cultura. Essas duas dimensões da realidade (objetiva e subjetiva) devem ser consideradas pelo pesquisador na sua interpretação dos fenômenos. Esse processo é relatado por Silva, que o denomina de “magia do antropólogo”:

O empreendimento etnográfico se situa sempre além das possíveis lições de método e técnicas de pesquisa, porque os antropólogos aprendem no campo que as anotações no diário, as imagens “congeladas” nas fotografias ou “revividas” nas fitas de vídeo cassete e os registros que se disse, cantou ou rezou são frágeis fios de Ariadne que precariamente nos ajudam a não nos perdermos nos labirintos da cultura do outro, mas que em si mesmo pouco revelam sobre as experiências vividas nos caminhos percorridos nesse labirinto. (2000, p. 66.)

As particularidades indicadas anteriormente nos permitem afirmar que a etnografia fornece um caminho para a leitura dos fenômenos, por meio do qual a complexidade não é simplificada em nome de uma pretensa objetividade. De

fato, a etnografia propõe fazer comunicar dimensões separadas, sem reduzi-las a unidades elementares ou a leis gerais. Todas essas características demonstram uma adequação da aplicação da etnografia em estudos que levam em conta temáticas interdisciplinares ou híbridas, como é o caso dos cenários e das realidades organizacionais.

■ 5.3 Momentos da pesquisa etnográfica e sua aplicação nos estudos organizacionais

Com o intuito de incentivar a assunção da postura etnográfica na análise organizacional, indicaremos os *momentos* da elaboração científica baseada na etnografia. Sem almejar o estabelecimento de etapas rígidas – tal qual um receituário de aplicação de método –, preferimos então indicar aos pesquisadores organizacionais os *momentos* que julgamos fundamentais do método etnográfico enquanto processo de construção do conhecimento científico, fazendo algumas considerações a respeito das particularidades quando se trata de estudar as organizações.

Assim sendo, a concepção do campo temático de estudo, a realização do trabalho de campo e a elaboração do texto são aqui considerados como *momentos* singulares, entretanto, o etnógrafo lida também com o dia-a-dia, o vivido, as regularidades, que remetem ao universal, ao coletivo, à totalidade social. Cada uma dessas vivências possibilita a construção da “tecelagem etnográfica”, na qual tanto os *a priori* do pesquisador, quanto os pontos de vista dos sujeitos pesquisados são constantemente questionados.

■ 5.3.1 Concepção do campo temático de estudo

Em conformidade com a opção de Malinowski, julgamos ser de fundamental importância o preparo teórico do pesquisador na área do conhecimento escolhida para a realização da pesquisa:

O pesquisador de campo depende inteiramente da inspiração que lhe oferecem os estudos teóricos [...] conhecer bem a teoria e estar

a par de suas últimas descobertas não significa estar sobrecarregado de idéias preconcebidas. [...] As idéias preconcebidas são perniciosas a qualquer estudo científico; a capacidade de levantar problemas, no entanto, constitui uma das maiores virtudes do cientista – esses problemas são revelados ao observador através seus estudos teóricos. (Malinowski, 1978, p. 22.)

Assim, uma das condições básicas para o emprego da etnografia é uma sólida preparação teórica na área de conhecimento, todavia, a concepção do campo temático de estudo vai mais além. Barreira (1998) levanta outros elementos importantes desse momento. Segundo a autora, as variáveis de pesquisa num trabalho etnográfico não dependem apenas da revisão de literatura e da fundamentação teórica da pesquisa, mas também da experiência e da trajetória prévias do pesquisador naquele campo de investigação. Por outro lado, é importante considerar também os *grandes cenários* em que a questão tratada se desenvolve: os atores sociais envolvidos, os enredos, as crenças e os ritos. Desta forma, a temática pesquisada deve ser contextualizada a partir da inclusão de elementos derivados da trajetória do pesquisador e também do cenário em que se inscreve o objeto de pesquisa. A contextualização implica também o esforço para situar o espaço analisado no sistema social, político e econômico que o cerca.

Referindo-se a esse esforço no campo organizacional, Jaime Júnior afirma que:

[...] o indivíduo nas organizações, a dinâmica organizacional e as relações interorganizacionais não podem ser compreendidos se não forem pensados a partir de sua própria relação dialética com o contexto sócio-histórico local, regional, nacional e global. (2003, p. 453.)

A consideração do cenário organizacional como um espaço a ser analisado nos aproxima dos ensinamentos da nova geografia socioeconômica: o espaço a ser analisado no presente é um espaço construído, enquanto fruto complexo do espaço historicamente moldado ao longo do tempo e incessantemente modificado pelos grupos humanos no presente (Santos, 2002; Lipietz e Benko,

2000). A dimensão histórica revela-se, portanto, como crucial na tentativa de compreensão dos fenômenos organizacionais.

A preocupação em contextualizar o fenômeno e o espaço analisado ganha ainda mais importância em razão da própria natureza do fato organizacional: trata-se de um “fato social total”. Após ter analisado o regime de direito e o sistema de prestações econômicas manifestados por meio da prática da dádiva em diversas sociedades ditas primitivas, Mauss (1974) conclui que aqueles fenômenos são “fatos sociais totais”, no sentido de que eles envolviam dimensões e instituições fundamentais da vida social dos membros daquelas comunidades estudadas. Assim como Mauss identificou fatos que exprimiam um amplo conjunto de instituições de determinadas sociedades, classificando-os como totais, cremos que se pode proceder igualmente com as sociedades complexas da atualidade. Existem fatos sociais que exprimem uma variada gama de instituições, a ponto de espelhar uma configuração que nos permite melhor compreensão da dinâmica das nossas sociedades: os fatos organizacionais pertencem a esse gênero de fatos (Serva, 2001). Isso se justifica em razão da sociedade contemporânea ser considerada como uma “sociedade de organizações” (Etzioni, 1976), na qual a densidade organizacional constitui uma das suas marcas distintivas. As organizações formais põem em movimento um grande número de instituições e de outras dimensões da vida social, afetando cada vez mais os espaços sociais disponíveis aos indivíduos e, por consequência, o cotidiano desses indivíduos. São, então, instituições de grande importância e podem ser examinadas – tal qual os fenômenos analisados por Mauss nas sociedades ditas primitivas – como uma das mais substanciais manifestações da totalidade social. Assim é que Serva (2001) destaca que o fato organizacional é simultaneamente fato jurídico, fato econômico, fato tecnológico, fato político, fato histórico-cultural, além de portar aspectos psicológicos e ser fruto dos fatos sociais gerais, na medida em que os processos que marcam uma dada sociedade, tais como as questões étnicas, as clivagens sexuais, as questões relativas aos direitos das minorias e as lutas sociais em geral são refletidas nas organizações. Ora, se buscamos compreender fenômenos organizacionais, a contextualização é uma passagem incontornável e a pesquisa etnográfica leva em conta essa necessidade no momento da concepção do campo temático de estudo. Tempo, espaço e atores particulares do contexto de pesquisa devem ser

retratados descrevendo a *teatralidade* das temáticas pesquisadas e ressaltando a sua vivacidade.

Assim sendo, esse momento implica, além da preparação teórica na área do conhecimento em que se pretende desenvolver o estudo, a consideração da experiência e da trajetória prévias do pesquisador naquele campo de investigação – se elas se verificam –, bem como a consideração do cenário organizacional como um espaço a analisar. Todas essas dimensões contribuem para a contextualização do fenômeno em estudo, a elaboração de um amplo “mapa cognitivo”, tendo como base a premissa do fato organizacional como um fato social total.

■ 5.3.2 Realização do trabalho de campo

Atribuindo um maior destaque ao trabalho de campo, Boumard (2003) descreve a etnografia como uma “postura de investigação implicada”, pela qual o pesquisador se propõe não só a ver, mas a olhar o objeto e o contexto de pesquisa. Isso significa captar o ponto de vista dos membros do grupo estudado e, ao mesmo tempo, considerar as suas próprias implicações no processo de pesquisa. Desse modo, sujeito e objeto não constituem na etnografia pólos opostos e neutros, mas complementares e ativos na construção da *démarche* de pesquisa.

Laplantine (1996) também aborda a diferença entre “ver” (*voir*) e “olhar” (*regarder*) na etnografia. Para o autor, ver é, na maioria das vezes, encontrar aquilo que já se esperava e não o que se ignorava: “ver é receber as imagens” (Laplantine, 1996, p. 15). O olhar, por sua vez, caracteriza melhor a postura do etnógrafo e consiste em partir para a busca das significações, das variações e dos sentidos atribuídos pelos atores. O pesquisador deve então ser capaz de *olhar* as coisas em profundidade e não apenas *ver* aquilo que salta aos olhos. Corroborando a importância desse olhar no trabalho de campo, Serva e Jaime Júnior afirmam:

O olhar que permite ver em profundidade, que abre a percepção para a riqueza e importância dos detalhes, dos gestos, dos olhos de outrem (janelas d'alma?), da presença dos signos, o olhar antropológico [...] aquele que, mais do que vê, percebe. Para além dos limites da

visão, em direção às desconhecidas fronteiras da percepção, portanto extraído das profundezas da sensibilidade humana, esse olhar foi, é e sempre será a maior habilidade do antropólogo. [...] urge desenvolver tenazmente a sensibilidade e a argúcia do olhar, visando captar, em pleno jogo dos acontecimentos, aquilo que apesar de real não está evidente. (1995, p. 70-71.)

É esse olhar inquisitivo que permite ao pesquisador se surpreender durante a pesquisa. Essa espécie de estranhamento, tão importante para a etnografia, é afetada por uma complexidade adicional no caso da pesquisa em organizações, interferindo fortemente na relação observador-observado: nesses espaços sociais, o pesquisador não pertence necessariamente a uma classe, etnia ou nacionalidade suficientemente diferente dos membros da organização, ele apresenta-se, em geral, como um igual (Jaime Júnior, 2003); além do fato de que o ambiente organizacional faz parte da sua própria cultura, ou seja, o pesquisador *fala a mesma língua* dos observados, pois ambos estão imersos na sociedade de organizações.

Além desse estranhamento peculiar na postura etnográfica, o trabalho de campo pressupõe uma interiorização, por parte do pesquisador, das significações que os indivíduos atribuem aos seus comportamentos, e isso implica uma integração do observador no campo de observação. Todavia, é importante ressaltar que a participação por si só não garante a partilha intersubjetiva. É importante também deixar claro que essa participação não significa que o pesquisador deva necessariamente adotar o método específico da observação participante ao empreender um estudo etnográfico. A adoção da observação participante é uma opção, e não uma imposição na pesquisa etnográfica. Na pesquisa científica em organizações, a opção pela observação participante, além de requerer a adoção da etnografia como estratégia de pesquisa, bem como da postura que lhe é correspondente, acarreta uma implicação a mais quando da realização do trabalho de campo: o pesquisador deve assumir claramente o cumprimento de tarefas no fluxo regular de trabalho da organização pesquisada. Desse modo, o pesquisador trabalha efetivamente para a organização durante o desenrolar da pesquisa de campo. A seguir, citaremos apenas alguns casos a título de ilustração: nos anos 1970, Bouchard (1985) auxiliou

diretamente caminhoneiros, viajando durante dois anos com eles, ao estudar a profissão na Brazeau Transport, uma empresa de cargas de Quebec; nos anos 1980, Aktouf (1987) se alistou como trabalhador temporário em fábricas de cerveja em Quebec, visando analisar tais empresas; em 1993, Villemure (1994) se alistou como enfermeira voluntária num hospital da China, com o intuito de estudar as particularidades da administração chinesa; em 1997, Andion (1998) se alistou como voluntária durante seis meses nos escritórios de duas organizações comunitárias de Montreal, com o objetivo de analisar a gestão daquelas organizações.

Como destaca Cardoso, mais do que transmitir o que é dito pelos sujeitos pesquisados, é importante fazer uma leitura da subjetividade inerente aos discursos, pois estes não são exteriores aos atores que os produziram. Segundo a autora, “é preciso ancorar as relações pessoais em seus contextos e estudar as condições sociais de produção dos discursos do entrevistador e do entrevistado” (Cardoso, 1986, p. 103). Neste sentido, a alteridade é um elemento fundamental para produzir o estranhamento tão necessário ao trabalho etnográfico.

A realização do trabalho de campo em organizações implica o estudo de grupos compostos por indivíduos que desempenham papéis específicos, interagindo entre si em situações diversas. Reportando suas soluções para empreender estudos etnográficos em pequenas e grandes organizações, Schwartzman (1993) nos fornece uma série de indicações proveitosas para o trabalho de campo, dentre as quais destacamos aquelas relativas à análise do contexto e à análise de eventos e rotinas. Visando facilitar a análise do contexto organizacional face à pluralidade das interações de seus membros, Schwartzman (1993) propõe uma matriz para identificar a posição relativa e os tipos principais de interação que cada participante, incluindo também o pesquisador, desenvolve na organização. Relacionando em eixos horizontal e vertical a mesma lista dos participantes-chave observados pelo pesquisador, a autora produz uma matriz de interações entre esses participantes, destacando, ao preencher os espaços centrais da matriz, a natureza das comunicações mais frequentes entre eles. Assim procedendo, pode-se obter um mapa das principais interações que poderá guiar a atenção das observações e das entrevistas a ser realizadas pelo pesquisador; tal mapa poderá ser ampliado e enriquecido à

medida que a pesquisa avança e o conhecimento do pesquisador sobre a organização também avança.

Quanto à análise de eventos e rotinas, Schwartzman (1993, p. 63) afirma que “essa abordagem chama a atenção para a importância do exame de rotinas cotidianas e de ocasiões que promovem o encontro de pessoas em contextos organizacionais específicos”. Tomando como base o modelo elaborado por Dell Hymes no campo da sociolinguística para examinar comunicações em reuniões, Schwartzman (1993) propõe considerar as seguintes categorias da análise etnográfica de eventos e rotinas:

- a) Participantes – descrição dos participantes que interagem entre si, como oradores ou emissores, ouvintes ou destinatários de mensagens, suas responsabilidades e relações.
- b) Canais e códigos – exame dos canais de comunicação existentes e os respectivos códigos compartilhados pelos atores.
- c) Espaço e tempo – observação dos arranjos espaciais onde as reuniões e demais encontros acontecem, bem como o tempo que duram.
- d) Formatação – processos mediante os quais o início, a continuidade e o final de reuniões e eventos são assinalados; incluem-se nesta categoria também os significados atribuídos pelos participantes a tais encontros.
- e) Falas dos participantes – aqui se chama a atenção para expressões dos participantes relativas a tópicos de discussão e resultados, normas para falar e interagir, gêneros de oratória e estilos, interesse, participação e motivação dos participantes.
- f) Normas de interpretação – exame dos processos que os participantes desenvolvem para interpretar o que acontece nas reuniões.
- g) Objetivos e resultados formais das reuniões.
- h) Ciclos e padrões de reuniões – relações entre reuniões de mesmo tipo e também entre tipos diversos. Para Schwartzman (1993), o exame desses ciclos e padrões é crucial para compreender o papel das reuniões na produção e reprodução das relações sociais, bem como dos valores e crenças culturais.

Finalizando as considerações sobre o trabalho de campo em organizações, gostaríamos de destacar ainda dois aspectos importantes para o emprego

da etnografia. O primeiro deles diz respeito ao recurso da tomada de notas, da elaboração sistemática do diário de campo, o qual é essencial e constitui uma das características mais conhecidas do método antropológico. O segundo aspecto refere-se à complementaridade de outros procedimentos para a coleta de dados durante o trabalho de campo: a análise de documentos, as entrevistas semi-estruturadas e a história de vida, por exemplo, podem enriquecer a análise que o pesquisador se propõe a empreender. A análise de documentos é um método auxiliar que permite conhecer melhor a história da organização, através da reconstituição de fatos passados, principalmente quando se trata do estudo de organizações formais. As entrevistas semi-estruturadas com determinados atores podem auxiliar a eliminação de dúvidas que porventura surjam no desenrolar dos eventos observados, bem como contribuir para o aprofundamento de assuntos específicos ligados à tentativa de compreensão da realidade organizacional. A história de vida pode propiciar ao pesquisador, dentre outras vantagens, ter acesso a novas interpretações dos significados dos eventos passados e presentes, ampliando a interpretação da trajetória dos atores e da organização em estudo.

5.3.3 Elaboração do texto

Este também é um momento fundamental na pesquisa etnográfica. Laplantine destaca que “se espera do etnógrafo não apenas o fato de ver e compreender o que vê, mas também de fazer ver” (Laplantine, 1996, p. 27). A partir do texto, o pesquisador poderá repassar para os outros aquilo que ele percebeu, e nesse momento, ao qual nos reportaremos como uma *passagem*, elaborar freqüentemente re-significações, novas construções conceituais e interpretações. Sem a escrita, o que foi visto não teria sentido e a organização do texto é por isso uma passagem digna de destaque na postura etnográfica. O registro textual do que é observado inclui as interpretações sucessivas do diário de campo, a organização, a associação e o corte dos dados, bem como a narração ou elaboração do texto final. Para Laplantine (1996), a postura etnográfica pressupõe tanto a narração, quanto a descrição. A primeira mobiliza o imaginário do narrador e do leitor, enquanto a segunda, mais didática, visa à elaboração do saber. Neste sentido, o texto etnográfico deve conter não só a

descrição do real tal qual é percebido pelo pesquisador, como também a representação desse real, ressaltando a sua subjetividade. Porém, o foco na descrição e na interpretação não diminui a importância de uma abordagem analítica que aponte pistas para a ação.

A elaboração do texto etnográfico vem ganhando uma importância crescente, tornando-se até mesmo uma questão controvertida, um tema alvo de calorosos debates no campo da antropologia. Ao examinarmos o sentido atribuído à etnografia, vemos que, se de um lado a etnografia é concebida como um método, de outro ela é percebida também como o resultado do estudo, dando um grande destaque para o texto como produto do processo de construção do conhecimento científico. Questões tais como a forma de elaboração do texto, o estilo, os recursos de retórica, as estratégias e o posicionamento do autor na construção do texto são fortemente debatidas por algumas correntes teóricas na antropologia contemporânea. Não faz parte de nosso objetivo aqui abordar as especificidades desse debate, por quão rico ele seja, apenas registrar a sua ocorrência para evidenciar a importância que o momento de elaboração do texto tem para o trabalho etnográfico como um todo e, conseqüentemente, destacar alguns aspectos que nos parecem significativos na realização de etnografias nas organizações.

Um dos primeiros aspectos diz respeito à validade das interpretações que o texto etnográfico exprime. Partindo da premissa de que nos estudos organizacionais a possibilidade de haver um universo semântico comum entre o pesquisador e os sujeitos observados na pesquisa é elevada, Jaime Júnior (2003, p. 454) admite que “a voz do etnógrafo não é mais a única presente no debate sobre determinado assunto. Ele terá que negociar sua interpretação com aquelas construídas por outros autores”. Todavia, o mesmo autor, inspirado no trabalho de Ulf Hannerz, concorda que as interpretações do etnógrafo não podem ser invalidadas cientificamente pelas suas eventuais diferenças com relação às interpretações dos sujeitos observados. Assim, tanto as interpretações dos observados, como aquelas do etnógrafo podem ser vistas como elaborações construídas no âmbito do complexo jogo político que caracteriza as organizações.

Um outro aspecto digno de destaque, pois muitas vezes constitui um desafio ao pesquisador (tenha ele utilizado a etnografia ou não), é a busca de

um estilo e de uma forma para elaborar o texto. Sem a intenção de estabelecer um padrão a ser seguido, exemplificamos como essa questão foi tratada num estudo sobre organizações, visando incentivar a busca de novas inspirações pela consulta de textos etnográficos:

O estilo que empregaremos para apresentação da análise dessa empresa, bem como das outras duas que se seguem nos capítulos subsequentes, teve como fonte de inspiração o texto do célebre estudo antropológico de Gregory Bateson *La cérémonie du naven*, elaborado nos anos 30 e publicado em língua francesa em 1971 por Les Éditions de Minuit. O estilo utilizado por Bateson (1971) para estabelecer a argumentação, notadamente nos capítulos 5 (*Sorcellerie et vengeance*) e 7 (*La sociologie du naven*), nos inspirou a elaborar a forma de apresentação e de argumentação da análise das empresas aqui examinadas. Assim, buscaremos evidenciar o quanto possível as evidências que sustentam as nossas afirmativas e deduções sobre os processos observados no trabalho de campo, com reproduções das situações vivenciadas, das falas dos atores em seus termos originais, dos casos passados contados pelos atores, constituindo assim, talvez, um estilo não muito comum aos textos herméticos e técnicos que são dedicados à teoria das organizações. Entretanto, como o nosso estudo foi realizado numa base etnográfica, julgamos adequado manter a coerência entre essa base e o estilo de apresentação da análise que ela proporcionou. (Serva, 1996, p. 394.)

A inserção de trechos das falas dos observados, colhidas durante o trabalho de campo, no texto etnográfico é um recurso largamente utilizado pela antropologia e vem sendo também empregado em textos de estudos organizacionais produzidos mediante o emprego da etnografia. Tal recurso pode auxiliar o pesquisador na tarefa crucial de empreender a passagem do trabalho de campo ao texto.

■ 5.4 Etnografia e estudos organizacionais: sugestões de temas de pesquisa

O emprego da etnografia no estudo de organizações abre um amplo leque de possibilidades, tanto em termos das descobertas que podem enriquecer a teoria das organizações como um todo, como no avanço do conhecimento em diversos temas específicos de interesse dos pesquisadores desse campo. Nesta seção, daremos sugestões de temas que já estão sendo tratados a partir da etnografia e para os quais há uma adequação desse método, tendo em vista a natureza interdisciplinar dos temas e as particularidades que exprimem o potencial da etnografia.

A relação de temas a seguir não é, em absoluto, exaustiva. Ao oferecê-la o fazemos com a intenção de demonstrar o potencial da etnografia e, sobretudo, incentivar os colegas pesquisadores a adotar a postura etnográfica em seus estudos. A adoção ampliada da postura etnográfica irá certamente concretizar as possibilidades anteriormente referidas, além de descortinar novos horizontes do possível. Trataremos aqui dos seguintes temas: redes organizacionais, inscrição social do mercado e de empresas, trajetória dos grupos econômicos, racionalidade nas organizações e processos de desenvolvimento territorial.

■ 5.4.1 Redes organizacionais

As redes têm sido interpretadas a partir de ângulos distintos, em diversas disciplinas das ciências físicas, tecnológicas, da vida e humanas. Nas ciências humanas, e mais particularmente no campo dos estudos organizacionais, as redes vêm sendo alvo de muitos estudos, levando-se em conta que em vários casos atribui-se às redes organizacionais um sentido de inovação, seja na esfera da sociedade civil, do mercado ou do Estado. Assim, o fenômeno da multiplicação do número de redes organizacionais apresenta-se de forma multifacetada, tanto quanto elas se instalam e se expandem com objetivos variados e em praticamente todos os setores de atividade, dando novas cores à ação coletiva no presente.

A multiplicidade e a variedade de redes exige um grande esforço dos pesquisadores para a sua compreensão, o que enseja também a variedade de inter-

pretações, a começar pela concepção do que seja uma rede e pelo ponto de vista adotado pelo analista. Scherer-Warren (1999), por exemplo, adotando o ponto de vista da sociedade civil, concebe as redes engendradas nessa esfera como “estratégia de ação coletiva, visando uma transformação social em um determinado local”; nesse sentido, as redes são vistas como formas de organização e de ação dos atores sociais, visando promover uma mudança que pode ser de cunho econômico ou não (Andion, 2003). Segundo Pecqueur (2000), as redes institucionais (entre grupos formais) podem ter fins de compra de bens e serviços ou ainda de troca de informações e *know-how*. Já as redes informais (familiares, profissionais ou de concertação) constituem laços de solidariedade indispensáveis para complementar as redes institucionais. Esses dois tipos de redes estão, na maioria das vezes, imbricadas e a sua fronteira nem sempre é claramente definida (Andion, 2003).

Visando fornecer um quadro de variáveis que possibilite examinar aspectos relativos à densidade das redes face ao seu encastramento no território, Andion (2003) estabelece a seguinte configuração:

- a) Territorialidade/coesão social – relação entre os agentes da rede, sua organização e o espaço territorial, considerando as particularidades culturais e os laços recíprocos (coesão social) presentes no local e sua conexão com o funcionamento da rede.
- b) Temporalidade histórica – relação das atividades da rede e a história do local, do território e da comunidade.
- c) Valores éticos/políticos – coerência entre os objetivos dos atores e os objetivos da rede, incluindo a relação entre estes últimos (seu projeto social) e os valores éticos e emancipatórios mais amplos (preservação ambiental, democracia, igualdade etc.).
- d) Capacidade de inovação, adaptação e regulação – criação de alternativas de adaptação às condições do mercado mundial (seja sob a forma de produto, processo ou mesmo de gestão); regularidade das formas de solidariedade presentes na rede, permitindo a reprodução contínua das condições favoráveis à inovação.

Já Veltz (2000), colocando-se no ponto de vista da esfera do mercado, ao analisar a variedade das formas pelas quais as redes empresariais se apresentam

na atualidade engloba tais formas no conceito de “modelo celular em rede”. Esse modelo se caracterizaria pela descentralização orientada para o mercado, pela forma contratual dada às relações entre as unidades e seus controladores, e pelo caráter plurifuncional das unidades dispostas em rede, implicando a cooperação no interior das células de saberes profissionais, além do estabelecimento de objetivos técnicos e comerciais múltiplos. Veltz (2000) chama a atenção para os limites desse modelo de redes, notadamente no que diz respeito à questão da gestão. Denominando esses limites “tensões de gestão”, o autor enumera três conjuntos de dificuldades regularmente enfrentadas pela administração dessas redes: a dinâmica econômica da rede, a diminuição do potencial de convergência entre as atividades acoplada a uma fragilização de suas capacidades de inovação, e os problemas relativos à decisão. Nos três conjuntos de tensões de gestão, Veltz destaca como crucial a dimensão relacional, analisada sob os aspectos da coesão, da autonomia e das contradições internas produzidas na e pela rede.

Lemieux (1999, p. 11), esboçando uma definição mais ampla, propõe pensar as redes como “sistemas de atores sociais que, para fins de alinhamento da variedade no ambiente interno, propagam a transmissão de recursos em estruturas fortemente conectadas”. O autor elege as relações como a principal categoria de análise das redes:

Nós falaremos, de maneira geral, de relações para designar as ligações, as transações e os controles. A formalização desses três tipos de relações permitirá discutir de forma mais precisa as características das redes e dos aparelhos. (Lemieux, 1999, p. 14.)

Também este autor destaca a dimensão da coesão, desta vez como um princípio de organização subjacente à estrutura das ligações num sistema de atores sociais. Lemieux investe no estudo das redes organizacionais concernentes à elaboração de políticas públicas, identificando as formas mais frequentes sob as quais tais redes se apresentam: as *comunidades* e as *coalizões*. As comunidades seriam alianças estáveis, baseadas no interesse comum; enquanto as coalizões seriam entendidas como redes estabelecidas no curto prazo com o objetivo de vencer determinados adversários face à perspectiva de definição da ação pública.

Como vimos, aspectos como a coesão, as interações, as comunicações, os valores, a historicidade, a correspondência com a cultura e o território – todos aspectos substancialmente relacionais – são apontados por diversos estudiosos como elementos incontornáveis para a tentativa de compreensão das redes organizacionais, sejam elas oriundas da sociedade civil, do setor privado ou da esfera pública, esta compreendida não só como pertencente apenas ao Estado, mas também estendida às outras esferas no que concerne à problemática das políticas públicas. A pesquisa com base na etnografia revela-se promissora para o aprofundamento da análise dos aspectos mencionados. A contextualização necessária à postura etnográfica em muito pode contribuir para que o pesquisador tenha sucesso no exame da densidade das redes, principalmente na identificação dos valores e na análise do grau de coerência entre estes e a cultura local. A correspondência com a história do território seria outra possibilidade aberta de contribuição que a etnografia ofereceria ao processo de ampliação do conhecimento do pesquisador sobre o contexto em estudo. Através do envolvimento do pesquisador com os sujeitos observados no processo de pesquisa, a contribuição da etnografia seria ímpar face à necessidade de captar e interpretar as relações entre os atores sociais integrantes das redes organizacionais. Por meio dos recursos do envolvimento e do estranhamento, o pesquisador cria as condições para compreender, atuando *in loco* nos processos pelos quais a coesão social se manifesta, além das contradições, dos conflitos e do poder, aspectos tão importantes para a análise das redes organizacionais em quaisquer das três esferas da sociedade.

■ 5.4.2 Inscrição social do mercado e das empresas

Este tema está diretamente relacionado à renovação da sociologia econômica. Inspirada nas obras de autores que construíram suas obras na fronteira entre a sociologia e a economia, tais como Marx, Durkheim, Polanyi, Mauss, Weber, esse campo, interdisciplinar por definição, experimenta uma expansão ímpar relativamente aos demais campos pertencentes às ciências sociais, principalmente a partir dos anos 1970. Resumindo a sua proposta essencial, a sociologia econômica se dispõe a analisar os fatos econômicos enquanto fenômenos sociais, na tentativa de inverter o ponto de vista da economia neoclássica, a

qual considera a racionalidade econômica como atributo do ator individual. A natureza dessa proposta acabou por tornar parte da sociologia econômica conhecida como o estudo da “inscrição social do mercado”. Essa abordagem abre novos horizontes para várias correntes da teoria das organizações, como também para algumas áreas aplicadas da administração, uma vez que ela se desdobra em duas vertentes principais: o estudo das transações comerciais do ponto de vista institucional, e a regulação social da competição entre empresas (Serva, 2002).

Ao examinarmos o desenvolvimento da teoria das organizações ao longo do tempo, constatamos que o mercado, considerado como instituição, carece até então de um enfoque analítico que promova a sua conexão com os modelos de análise organizacional. Observa-se, assim, a ausência de uma correspondência epistemológica adequada entre a análise social das organizações e a análise social do mercado. Essa lacuna pode ser preenchida pelo esforço interdisciplinar ensejado pela aproximação entre a teoria das organizações e as ciências sociais, em particular a sociologia e a antropologia (Serva e Andion, 2004). Uma tal aproximação implica a prática da interdisciplinaridade no *corpus* do projeto de pesquisa – sua fundamentação teórica, metodologia e modelo de análise epistemologicamente alinhados – implementado pelo pesquisador ou grupo de pesquisa.

A postura etnográfica pode cumprir um importante papel nesse esforço, como foi o caso, por exemplo, do estudo realizado por Müller (1999), sobre a Bolsa de Valores de São Paulo. O emprego da etnografia foi fundamental para que a autora pudesse identificar e desvendar os processos que mantêm a coexistência das relações baseadas em princípios próprios do modelo formal do mercado (concorrência), das relações baseadas em laços de confiança entre instituições e indivíduos, bem como das relações de trocas recíprocas fundadas no compromisso pessoal entre os envolvidos. Essa coexistência complexa de tipos de relações aparentemente tão díspares é responsável pela dinâmica de funcionamento e de continuidade da Bolsa como instituição. Para a autora:

O que me proponho, no entanto, é chamar a atenção para o fato de, na interação entre os participantes do mercado de ações, existir um espaço para o estabelecimento de relações não concorrenciais. [...]

Para analisar algumas dessas relações, recorro ao princípio da reciprocidade. [...] A troca recíproca não exclui a presença de interesses individuais ou coletivos, nem a competição. [...] Os princípios que regem o código de conduta nas relações de troca recíproca entre os participantes do mercado não são diferentes daqueles que Malinowski identificou nas relações de troca entre os trobriandeses. Trata-se de regras “elásticas e ajustáveis que permitem uma considerável margem de variação dentro da qual seu cumprimento é satisfatório” (Malinowski, 1986, p. 12); a garantia desse compromisso assentando-se fundamentalmente no constrangimento social que acarreta seu descumprimento, o qual, em casos extremos, pode fazer com que o indivíduo seja excluído da rede de relações. (Müller, 1999, p. 146-147.)

■ 5.4.3 Trajetória dos grupos empresariais

Apesar da importância dos grupos empresariais para a dinâmica da sociedade moderna, e da sua correspondência evidente com o objeto de estudo da administração, observa-se que a teoria das organizações ainda não desenvolveu um corpo de conhecimentos suficiente para a melhor compreensão desse fenômeno. Em geral, os trabalhos até então realizados focalizam elementos específicos da gestão, como a ação estratégica adotada num dado período, a entrada em um novo mercado, as soluções de governança corporativa no interior do grupo, mas dificilmente buscam esclarecer a origem e as formas de manutenção do grupo empresarial como um ator social no ambiente institucional.

Uma contribuição significativa para a consideração dos grupos empresariais como um objeto de estudo é também proveniente da sociologia econômica: Granovetter (1994), numa perspectiva de análise comparativa, estabelece seis dimensões de variação desses grupos, a saber, as relações de propriedade, os princípios de solidariedade, a estrutura de autoridade, a dimensão moral, as finanças e, por fim, as relações com o Estado. O autor adverte que para o estudo dos grupos empresariais, as seis dimensões devem ser alvo de uma elaboração teórica levando em conta o contexto histórico institucional e desprezando correlações empíricas fixas entre elas.

Essa perspectiva nos leva a crer que a postura etnográfica pode reivindicar o seu devido espaço no esforço de estudo dos grupos empresariais. O emprego da etnografia concederia ao pesquisador a sustentação metodológica requerida para inserir-se no ambiente interno do grupo empresarial, exercitando o estranhamento e o olhar antropológico, identificar e interpretar os princípios de solidariedade interna, as formas de manifestação da autoridade e os valores morais. Ao mesmo tempo, praticando seu duplo papel de *insider* e *outsider*, o pesquisador imbuído da postura etnográfica estaria em condições de examinar as relações de propriedade desde a origem do grupo – dimensão histórica –, destacando as relações institucionais que favoreceram o crescimento do grupo empresarial, nelas incluídas as relações com o Estado. Assumindo a dialética particular/geral, o pesquisador interessado na compreensão da trajetória dos grupos empresariais buscaria a inserção aprofundada na organização, mas contextualizando-a para tentar reconstituir a tessitura do social ao longo dessa trajetória, indo além do caso individual para lançar luzes sobre esse fenômeno da era moderna e assim contribuir para a compreensão dos seus processos de formação e de manutenção.

■ 5.4.4 Racionalidade nas organizações

A busca da compreensão da racionalidade, como fundamento das ações humanas também no interior das organizações, têm despertado o interesse de diversos pesquisadores a ponto de se constituir um tema de grande importância na teoria das organizações. Dos estudos de Herbert Simon sobre a racionalidade limitada aos de Guerreiro Ramos sobre a racionalidade substantiva, esse tema tem sido alvo de abordagens fecundas, as quais vêm contribuindo para a ampliação dos horizontes da teoria organizacional. No Brasil, parte dos pesquisadores que abordam a temática da racionalidade em sintonia com a obra de Guerreiro Ramos têm privilegiado a etnografia como método principal para a condução de seus estudos. A partir do trabalho pioneiro de Serva e Jaime Júnior (1995), outros pesquisadores, como Matta (1998) e Vizeu (2004), empregaram a etnografia para analisar a racionalidade em organizações.

Serva e Jaime Júnior (1995) iniciaram um estudo em quatro organizações em Salvador, no ano de 1993, utilizando a observação participante para

examinar a predominância do tipo de racionalidade (instrumental ou substantiva) na gestão daquelas organizações. As organizações pesquisadas foram: um complexo educacional/cultural composto por uma escola infantil, uma produtora de arte e um centro de serviços culturais e de saúde; uma associação de profissionais prestadores de serviços de saúde; uma ONG de serviço social; uma clínica psicológica. Durante oito meses e ao longo de 400 horas de trabalho de campo, os pesquisadores observaram os processos organizacionais das quatro entidades, ao mesmo tempo em que desempenhavam tarefas regulares como membros temporários dessas organizações. A sistematização definitiva, a análise completa dos dados e a apresentação final dos resultados desse estudo foram publicados mais tarde por Serva (1996; 1997a; 1997b).

Em seguida aos trabalhos de Serva, Matta (1998) empreendeu um estudo etnográfico por meio da observação participante no trabalho de campo visando analisar a predominância de racionalidade na cooperativa de serviços médicos Unimed, mais exatamente na Federação Unimed do Estado da Bahia e na Unimed Salvador. O autor empreendeu seu trabalho de campo durante todo o ano de 1997, pautado no modelo proposto por Serva (1996; 1997a; 1997b), e inaugurando a análise de racionalidade em cooperativas no Brasil através da postura etnográfica.

Mais recentemente, Vizeu (2004) realizou um estudo etnográfico no Hospital Espírita de Psiquiatria Bom Retiro, situado em Curitiba. Inspirado no modelo de análise elaborado por Serva (1996; 1997a; 1997b), na teoria da ação comunicativa de Habermas e na abordagem substantiva das organizações de Guerreiro Ramos, Vizeu empreendeu seu trabalho de campo mediante o emprego da observação participante – complementada por entrevistas semi-estruturadas e análise de documentos – durante cinco meses do ano de 2003 naquele hospital. Para o autor:

A escolha por este formato de observação se justifica tendo em vista especialmente os pressupostos de ontologia nominalista e de visão voluntarista da natureza humana subjacente ao quadro teórico de referência utilizado no presente estudo. Assim, ao empreender o recurso de observação participante, adotaremos uma postura de integração com a comunidade pesquisada, buscando melhores condições

para apreender os fatos, que, de acordo com tais pressupostos, somente são percebidos a partir da perspectiva daqueles que integram o mundo vivido. (Vizeu, 2004, p. 9.)

Devido à natureza do estudo sobre a racionalidade nas organizações, estudo esse fundado essencialmente na análise das interações e do sentido atribuído à ação, cremos ser a etnografia – empregando a observação participante ou não – uma opção adequada para os pesquisadores que abordam essa temática.

5.4.5 Processos de desenvolvimento territorial

Analisando especificamente a aplicação do método etnográfico aos estudos que focalizam o desenvolvimento – sobretudo sob a ótica dos atores envolvidos e da mudança social por eles gerada –, podemos afirmar que a etnografia pode fornecer inúmeras contribuições a tais estudos.

A etnografia permite um estranhamento, ou seja, cria dúvidas e gera questionamentos em relação aos modos de desenvolvimento tradicionais, possibilitando considerar formas alternativas de desenvolvimento que tenham por foco o território, onde as interações entre os atores, as trocas e as redes locais passam a ser elementos-chave da análise. A consideração de *outras formas* de regulação social, aliás, tem sido tradicionalmente tratada nos estudos antropológicos desde os clássicos (Mauss, 1980; Malinowski, 1978), os quais foram retomados por Karl Polanyi (1975; 1983), no âmbito da antropologia econômica, e por outros autores da geografia socioeconômica (Lipietz e Benko, 2000) e da sociologia econômica (Laville e Sainsaulieu, 1997), mais recentemente.

Alguns autores, como Olivier de Sardan, chegam a identificar o surgimento de um novo campo interdisciplinar denominado socioantropologia do desenvolvimento, o qual se contrapõe às abordagens tradicionalmente normativas das teorias econômicas. Os estudos nesse novo campo tratam o desenvolvimento como um fenômeno social que deve ser estudado a partir de uma abordagem *actor oriented*, voltada para as experiências vividas. Para esse autor:

Face às reduções que operam as ideologias do desenvolvimento fundadas necessariamente sobre pressupostos consensuais, a sócio-antropologia do desenvolvimento afirma desde o início a complexidade do social, a divergência de interesses, de concepções, de estratégias e de lógicas dos diferentes parceiros (ou adversários) que colocam em prática o desenvolvimento. (1995, p. 14.)

Desta forma, o trabalho de campo privilegia a interpretação em detrimento da prescrição, focalizando tanto as divergências quanto os compromissos, as interações e as negociações que se formam entre os atores. É em torno dessas relações de forças vivenciadas pelos agentes que é buscada a compreensão dos efeitos reais das ações de desenvolvimento sobre o meio que elas visam modificar (Olivier de Sardan, 1995). A análise etnográfica, além de focalizar a particularidade das experiências, propõe a contextualização dos fenômenos pesquisados e, nesse sentido, se aproxima da sociologia. A singularidade do fato analisado é acompanhada de uma perspectiva sociológica que permite transcender o particular. Isso facilita a abordagem de aspectos que caracterizam as experiências de desenvolvimento analisadas, permitindo ressaltar pontos comuns, contradições, clivagens e diferenças, a partir da análise de fenômenos como a dinâmica social, política, cultural e histórica do território pesquisado; a descrição do perfil sociológico dos atores/organizações pesquisados; o tratamento dos aspectos simbólicos e das relações que se estabelecem entre os atores (interconexões).

Por outro lado, essa contextualização envolve a descrição de fatores que influenciam as relações entre os atores e as suas formas de ação coletiva, tais como vínculos econômicos e sociais entre os grupos; espaço e tempo em que se desenvolvem as relações; mobilidade/mudança nos relacionamentos; tipos de grupos envolvidos nos processos de governança e suas características. Essa descrição da densidade do tecido social é um elemento central na compreensão da dinâmica do desenvolvimento existente e/ou em formação no território. A análise das relações sociais exige, por sua vez, a participação no fluxo contínuo da vida cotidiana dos grupos estudados e, por isso, o engajamento do pesquisador no processo de pesquisa parece importante quando se trata de compreender um processo de desenvolvimento territorial. A interação com

os atores locais, o mapeamento das relações, o ganho de confiança dos informantes constituem elementos essenciais para penetrar no intrincado mundo da governança local. Desta forma, a pesquisa constitui um desafio constante de reflexão sobre as contradições e relações entre o discurso e a *praxis* dos atores pesquisados e do próprio pesquisador.

Essa dialética entre ser semelhante e ser diferente é importante na definição do escopo da pesquisa, em particular para permitir a concepção de um *olhar* etnográfico que vá além da mera descrição daquilo que é evidente, e que penetre nos significados construídos pelos atores. Portanto, a postura etnográfica pode possibilitar ver para além dos aspectos técnicos e econômicos e considerar, sobretudo, os aspectos simbólicos, políticos e culturais, os quais constituem muitas vezes os alicerces na formação e sustentabilidade dos processos de governança local visando o desenvolvimento dos territórios.

■ 5.5 Considerações finais

Retomando as bases estabelecidas na introdução, reafirmamos aqui a nossa opção pela etnografia sobretudo como uma estratégia de pesquisa. Essa opção nos conduziu primeiro a uma discussão de cunho epistemológico que aborda algumas questões de fundo sobre o fazer ciência: a relação homem-natureza presente na ciência ocidental, a ordem científica inicialmente dominante e sua crise, os novos caminhos abertos nas ciências humanas, a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade. Nesse contexto, a adoção de uma postura etnográfica implica também a adoção de uma postura dialética em face de determinadas “encruzilhadas” que se apresentam ao pesquisador na construção do conhecimento científico, ou seja, as relações sujeito-objeto, indivíduo-sociedade, particular-geral e subjetividade-objetividade.

Passando para o plano da consideração da etnografia como método para a realização de estudos qualitativos em organizações, sugerimos inicialmente a reflexão sobre os *momentos* da pesquisa etnográfica, sem qualquer intenção de prescrever etapas rígidas de aplicação do próprio método. Acreditamos que a reflexão antecipada sobre esses *momentos* poderá auxiliar os pesquisadores na sua caminhada para a construção do conhecimento em organizações, na

medida em que ela retoma a experiência vivida por muitos outros autores, destacando as especificidades, os desafios e as respectivas soluções encontradas quando da concepção do campo temático de estudo, da realização do trabalho de campo e da elaboração do texto etnográfico.

Finalmente, a indicação de temas de pesquisa em organizações que poderiam ser desenvolvidos mediante o emprego da etnografia visou ilustrar o amplo leque de possibilidades que se abre para o avanço da teoria das organizações. Concentramo-nos em alguns temas que estão, na atualidade, no centro do interesse dos pesquisadores organizacionais, mas reafirmamos que as possibilidades de emprego da etnografia em estudos organizacionais são múltiplas. O nosso objetivo maior, assumido há mais de dez anos quando adotamos a etnografia em estudos organizacionais, é de compartilhar com os colegas pesquisadores as descobertas que pudemos realizar, na esperança de que cada vez mais outros autores possam também contribuir para a melhor compreensão do que se vive nas organizações e, quiçá, para uma sociedade mais digna, justa e *humana*.

Referências

- ABOFALIA, M. e BIGGART, N. Competition and markets: an institutional perspective. In: ETZIONI, A. e LAWRENCE, P. (Org.). *Socio-economics – toward a new synthesis*. New York: M. E. Sharp, 1991.
- AKTOUF, O. *Méthodologie des sciences sociales et approche qualitative des organisations*. Québec: Presses de l'Université du Québec, 1987.
- ANDION, C. Análise de redes e desenvolvimento local sustentável. *Revista de administração pública*, 37(5):1033-54, set./out. 2003.
- _____. *La gestion des organisations de l'économie solidaire: deux études de cas à Montreal*. Dissertação (Mestrado). Montreal: HEC – Montréal, 1998.
- ARDOINO, J. *Polysémie de l'implication*. Paris: Éditions 88, 1983.
- BARREIRA, I. Trajetória de um objeto: a construção de um campo temático de investigação. In: BARREIRA, I. *Chuva de papéis: ritos e símbolos de campanhas eleitorais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1998.
- BATESON, Gregory. *La cérémonie du naven*. Paris: Les Éditions du Minuit, 1971.
- BERTHELOT, J.-M. *Épistémologie des Sciences Sociales*. Paris: PUF, 2001.
- BOUCHARD, S. Être truckeur (routier). In: CHANLAT, A. e DUFOUR, M. (Org.). *La rupture entre l'entreprise et les hommes*. Montreal: Québec-Amérique, 1985.

- BOUMARD, P. O lugar da etnografia nas epistemologias construtivistas. *Revista de Psicologia Social e Institucional*. <http://www.uel.br/ccb/psicologia/revista>. Acesso em 6 fev. 2003.
- BOURDIEU, P. *Science de la science et réflexivité*. Paris: Raisons d'Agir Éditions, 2001.
- CARDOSO, R. Aventuras antropológicas em campo ou como escapar das armadilhas do método. In: CARDOSO, R. (Org.). *A aventura antropológica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- COULON, A. Ethnomethodologie et éducation. Institute National de Recherche Pédagogique. Sociologie de l'éducation. Paris: INRP/L'Harmattan, 1990.
- ETZIONI, A. *Organizações modernas*. São Paulo: Pioneira, 1976.
- _____. *The moral dimension – toward a new economics*. New York: The Free Press, 1988.
- FONSECA, C. Quando cada caso não é um caso. *Revista Brasileira de Educação*, nº 10, 1999.
- GODELIER, M. Briser le miroir du soi. In: GHASARIAN, C. (Org.). *De l'ethnographie à l'anthropologie réflexive: nouveaux terrains, nouvelles pratiques, nouveaux enjeux*. Paris: Armand Collin, 2002.
- GODOY, A. Pesquisa qualitativa – tipos fundamentais. *Revista de administração de empresas*, v. 35, nº 3, p. 20-29, 1995.
- GRANOVETTER, M. Business groups. In: SMELSER, N. e SWEDBERG, R. (Org.). *The handbook of economic sociology*. Princeton: Princeton University Press, 1994.
- JAIME JÚNIOR, P. Pesquisa em organizações: por uma abordagem etnográfica. *Civitas*, v. 3, nº 2, 2003.
- KLEIN, J.-L. Développement régional et espace local: vers une régulation territorialisée. *Revue internationale d'action communautaire*. Montreal, 22/62, 1989.
- KNELLER, G. F. *A ciência como atividade humana*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- LAPLANTINE, F. *La description ethnographique*. Paris: Éditions Nathan, 1996.
- LATOURETTE, B. *Jamais fomos modernos*. São Paulo: Editora 34, 1994.
- LAVILLE J.-L. e SAINSAULIEU, R. (Org.). *Sociologie des associations*. Paris: Desclée de Brouwer, 1997.
- LEMIEUX, V. *Les réseaux d'acteurs sociaux*. Paris: PUF, 1999.
- LIPIETZ, A. e BENKO G. (Org.). *La richesse des régions. La nouvelle géographie socio-économique*. Paris: Presses Universitaires de France, 2000.
- MALINOWSKI, B. A lei e a ordem primitivas. In: DURHAM, E. (Org.). *Malinowski: antropologia*. São Paulo: Ática, 1986.
- _____. *Argonautas do pacífico ocidental*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- MATTA, W. Pesquisa da racionalidade no sistema Unimed da Bahia. Dissertação (Mestrado). Salvador: UFBA, 1998.
- MAUSS, M. Essai sur le don – forme et raison de l'échange dans les sociétés archaïques. In: MAUSS, M. *Sociologie et anthropologie*. Paris: PUF, 1980.
- _____. *Sociologia e antropologia*. V. 2. São Paulo: EPU, 1974.
- MORIN, E. *Ciência com consciência*. Mira-Sintra: Publicações Europa, 1982.
- MORIN, E. e LE MOIGNE, J.-L. *L'intelligence de la complexité*. Paris: L'Harmattan, 1999.
- MÜLLER, L. Negócios à parte? Relações de confiança e reciprocidade no universo da Bolsa de Valores. *Mosaico – Revista de ciências sociais*, v. 1, nº 2, 1999.
- OLIVIER DE SARDAN, J.-P. *Anthropologie et développement – essai en socio-anthropologie du changement social*. Paris: Karthala, 1995.
- PECQUEUR, B. *Le développement local*. Paris: Syros, 2000.

- POLANYI, K. L'économie en tant que procès institutionnalisé. In: POLANYI, K. e ARENSBERG, C. (Org.). *Les systèmes économiques dans l'histoire et dans la théorie*. Paris: Librairie Larousse, 1975.
- _____. *La grande transformation: aux origines politiques et économiques de notre temps*. Paris: Gallimard, 1983.
- SACHS, Ignacy. *L'écodéveloppement: stratégies pour le XXI^{ème} siècle*. Paris: Syros, 1997.
- SANTOS, M. *Por uma geografia nova*. São Paulo: Edusp, 2002.
- SCHERER-WARREN, I. *Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- SCHWARTZMAN, H. *Ethnography in organizations*. Newbury Park: Sage, 1993.
- SERVA, M. Racionalidade e organizações – o fenômeno das organizações substantivas. Tese (Doutorado). São Paulo: EAESP/FGV, 1996.
- _____. A racionalidade substantiva demonstrada na prática administrativa. *Revista de administração de empresas*, v. 37, nº 2, 1997a.
- _____. Abordagem substantiva e ação comunicativa: uma complementaridade proveitosa para a teoria das organizações. *Revista de administração pública*, v. 31, nº 2, 1997b.
- _____. O fato organizacional como fato social total. *Revista de administração pública*, 35(3):131-52, 2001.
- _____. Contribuições da sociologia econômica à teoria das organizações. *Sociedade e Estado*, v. XVII, nº 1, p. 105-122, 2002.
- SERVA, M. e ANDION, C. A teoria das organizações e a nova sociologia econômica: perspectivas de um diálogo interdisciplinar. In: 28º Encontro Nacional da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação e Pesquisa em Administração, 2004, Curitiba. *Anais...* Curitiba: Anpad, 2004.
- SERVA, M. e JAIME JÚNIOR, P. Observação participante e pesquisa em administração – Uma postura antropológica. *Revista de administração de empresas*, v. 35, nº 1, p. 64-79, 1995.
- SILVA, V. G. *O antropólogo e sua magia*. São Paulo: Edusp, 2000.
- SOUZA SANTOS, B. (Org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- SOUZA SANTOS, B. *Um discurso sobre as ciências*. Porto: Edições Afrontamento, 1988.
- VELTZ, P. *Le nouveau monde industriel*. Paris: Gallimard, 2000.
- VILLEMURE, J. *Les particularités du management chinois*. Tese (Doutorado). Montreal: HEC – Montreal, 1994.
- VIZEU, F. Da racionalidade instrumental à racionalidade comunicativa: o caso de uma instituição psiquiátrica. In: 28º Encontro Nacional da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação e Pesquisa em Administração, 2004, Curitiba. *Anais...* Curitiba: Anpad, 2004.
- WOLFE, M. *Desenvolvimento para que e para quem?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- WOODS, P. *L'ethnographie de l'école*. Paris: Armand Colin, 1989.